

Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	228.550,61	218.660,46	-	218.036,66	381.346,68	257.898,30	257.898,30	276.132,70	285.776,00	291.994,68	296.528,91	353.533,88	3.066.357,18	-	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.289,44	5.120,60	17.410,04	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	15.287,96	-	218.036,66	-	-	-	-	-	13.482,12	19.700,80	-	56.210,08	322.717,62	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	228.550,61	203.372,50	-	-	381.346,68	257.898,30	257.898,30	276.132,70	272.293,88	272.293,88	284.239,47	292.203,20	2.726.229,52	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)	2.737.225,66	2.891.989,18	5.420.435,37	5.737.033,96	3.720.654,93	2.751.360,07	2.903.829,84	2.726.140,54	2.776.420,44	2.862.387,06	2.764.663,67	2.751.033,53	40.043.174,25	408.577,16	-	-
= (I - II)																
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL															% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													938.730.994.036,87	-		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)													40.451.751,41	0,004309		
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													73.408.763,73	0,007820		
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													69.738.325,55	0,007429		
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)													66.067.887,36	0,007038		

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, Seção de Contabilidade- SECON. Data da emissão 22/set/2021 às 13h44m

¹Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuaria a ser informados nesse campo. Esses valores não sofreram alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos. NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013;

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1055, de 20 de setembro de 2021, publicada em 21 de setembro de 2021;

3. Na linha "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração" lançadas nos meses de Jan/21, Mai/21 e Ago/21 foram excluídas as despesas cujos fatos geradores ocorreram no mesmo período de apuração deste RGF, em atendimento ao inciso IV, § 1º, do art. 19, da LRF.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO DE 2020 A AGOSTO DE 2021

R\$ 1,00

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	43.518.108,59
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.066.357,18
	40.451.751,41

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	938.730.994.036,87
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,004309%
LIMITE MÁXIMO	
LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,007843%
Resol CNJ 5/2005	73.624.671,86
Resol CNJ 26/2006	73.549.573,38
Resol CNJ 177/2013	73.408.763,73
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Des. GILBERTO DE PAULA PINHEIRO
Presidente do Tribunal

FRANCISCO VALENTIM MAIA
Diretor-Geral

DILMA CÉLIA DE OLIVEIRA PIMENTA
Secretária de Administração e Orçamento

FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA BARROS
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PORTRARIA Nº 697, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte referente ao segundo quadrimestre de 2021, constante dos anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2020 A AGOSTO DE 2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")													R\$ 1,00		
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)-	
	(Últimos 12 meses)														
	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Jul/21	Ago/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	17.020.754,84	16.936.611,55	26.757.839,18	26.637.817,11	22.712.826,16	17.306.225,13	17.358.094,00	17.464.601,34	17.183.002,64	17.626.421,84	17.359.280,40	17.215.224,43	231.578.698,62	8.145.085,76	
Pessoal Ativo	13.919.538,72	13.873.877,43	22.147.254,99	23.135.771,68	18.126.074,71	14.248.394,38	14.315.594,09	14.452.753,03	14.209.900,96	14.560.114,89	14.347.792,62	14.249.561,65	191.586.629,15	7.448.888,58	

- - - Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.490.039,63	11.437.534,28	17.293.723,82	20.552.725,83	15.727.393,65	11.812.339,53	11.859.033,70	11.988.643,82	11.761.838,05	12.101.961,13	11.899.734,80	11.798.060,29	159.723.028,53	7.114.467,91
Obrigações Patronais	2.429.499,09	2.436.343,15	4.853.531,17	2.583.045,85	2.398.681,06	2.436.054,85	2.456.560,39	2.464.109,21	2.448.062,91	2.458.153,76	2.448.057,82	2.451.501,36	31.863.600,62	334.420,67
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.101.216,12	3.062.734,12	4.610.584,19	3.502.045,43	4.586.751,45	3.057.830,75	3.042.499,91	3.011.848,31	2.973.101,68	3.066.306,95	3.011.487.782.965,662,28965.662,78	39.992.069,47	696.197,18	
- -- Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.170.868,57	2.143.366,56	3.215.015,62	2.143.366,56	3.170.046,23	2.113.360,66	2.098.029,82	2.078.092,64	2.039.346,01	2.132.551,28	2.031.418,21	2.040.968,15	27.376.430,31	509.474,14
Pensões	930.347,55	919.367,56	1.395.568,57	1.358.678,87	1.416.705,22	944.470,09	944.470,09	933.755,67	933.755,67	933.755,67	980.069,57	924.694,63	12.615.639,16	186.723,04
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.176.868,62	3.062.734,12	3.686.010,01	3.546.132,54	4.586.751,45	3.057.830,75	3.042.499,91	3.011.848,31	2.973.101,68	3.084.057,11	3.011.487,78	2.965.662,78	39.204.985,06	404.365,25
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	75.652,50		106,75	483.398,42						17.750,16			576.907,83	25.294,83
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.101.216,12	3.062.734,12	3.685.903,26	3.062.734,12	4.586.751,45	3.057.830,75	3.042.499,91	3.011.848,31	2.973.101,68	3.066.306,95	3.011.487,78	2.965.662,78	38.628.077,23	379.070,42
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.843.886,22	13.873.877,43	23.071.829,17	23.091.684,57	18.126.074,71	14.248.394,38	14.315.594,09	14.452.753,03	14.209.900,96	14.542.364,73	14.347.792,62	14.249.561,65	192.373.713,56	7.740.720,51

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	938.730.994.036,87	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	200.114.434,07	0,021318
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	431.121.596,32	0,045926
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	409.565.516,51	0,043630
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	388.009.436,69	0,041333

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE, Emitido em 22/SET/2021 às 8h e 30min

¹ Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limite Máximo e Prudencial estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 1.055, de 20 de setembro de 2021, publicada no D.O.U. nº 179, Seção 1, de 21 de setembro de 2021.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCALDEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2020 A AGOSTO DE 2021

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			938.730.994.036,87
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100			0,021318%
LIMITE MÁXIMO <%> \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III		
Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,046058%
Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	-	0,046012%
Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,045926%
Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

IBERÊ COMIN NUNES
Secretário de Orçamento e FinançasRODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
Secretário de Controle InternoHUGO PEREIRA FILHO
Diretor - GeralDes. INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO
Presidente do Tribunal